

aprova
concursos

SEFAZ-AM

Auditor de Finanças e Controle
do Tesouro Estadual

Secretaria de Estado
da Fazenda do
Amazonas



Edital **verticalizado**

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Interpretação de texto: decodificação dos diversos tipos de mensagem.
- 2 Compreensão de texto: observação dos processos que constroem os significados textuais.
- 3 A linguagem e a lógica.
4. As estruturas linguísticas no processo de construção de mensagens adequadas.
- 5 A pragmática na linguagem: o significado contextual.
- 6 A semântica vocabular: antônimos, sinônimos, homônimos, parônimos e heterônimos.
7. Os modos de organização discursiva: a descrição, a narração, a exposição informativa e a exposição argumentativa.
- 8 A organização das frases nas situações comunicativas: a colaboração e a relevância; os atos de fala.
- 9 A linguagem lógica e a figurada.
10. Os diversos níveis de linguagem.
11. Os tipos de discurso: direto, indireto e indireto livre.
12. As funções da linguagem.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 1 Administração Pública do modelo racional-legal ao paradigma pós burocrático.
- 2 Políticas públicas. O ciclo das políticas públicas (construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e avaliação).
- 3 Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade.
- 4 Planejamento nas organizações públicas. O ciclo do planejamento (análise do ambiente, objetivos estratégicos, missão, visão, valores).
- 5 Governo eletrônico. Transparência da administração pública. Controle social e cidadania. Accountability.
- 6 Gestão de Pessoas por Competências.
- 7 Mudanças institucionais. Conselhos, Organizações Sociais, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), agência reguladora, agência executiva, consórcios públicos.
- 8 Gestão por resultados na produção de serviços públicos.
- 9 Governabilidade e governança.
 - 9.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo).
 - 9.2 Princípios de governança pública.

- 10 As políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo.
 - 10.1 Descentralização e democracia.
 - 10.2 Participação, atores sociais e controle social.
 - 10.3 Gestão local, cidadania e equidade social.
 - 10.4 Corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas.
- 11 O ciclo do planejamento em organizações (PDCA).
- 12 Referencial Estratégico das Organizações.
 - 12.1 Análise de ambiente interno e externo.
 - 12.2 Ferramentas de análise de ambiente: análise SWOT, análise de cenários, matriz GUT.
 - 12.3 Negócio, missão, visão de futuro, valores.
- 13 Indicadores de desempenho.
 - 13.1 Tipos de indicadores.
 - 13.2 Variáveis componentes dos indicadores.
- 14 Gestão de projetos. Conceitos e Técnicas.
- 15 Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Project Management Institute).

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
 - 1.1 Princípios fundamentais.
- 2 Aplicabilidade das normas constitucionais.
 - 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.
 - 2.2 Normas programáticas.
- 3 Direitos e garantias fundamentais.
 - 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.
- 4 Organização político-administrativa do Estado.
 - 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
- 5 Administração Pública.
 - 5.1 Disposições gerais, servidores públicos.
- 6 Poder executivo.
 - 6.1 Atribuições e responsabilidades do Presidente da República.
- 7 Poder legislativo.
 - 7.1 Estrutura.
 - 7.2 Funcionamento e atribuições.
 - 7.3 Processo legislativo.

- 7.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- 7.5 Comissões parlamentares de inquérito.
- 8 Poder judiciário.
 - 8.1 Disposições gerais.
 - 8.2 Órgãos do poder judiciário.
 - 8.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.
 - 8.2.1.1 Composição e competências.
- 9 Funções essenciais à justiça.
 - 9.1 Ministério Público e Advocacia Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Estado, governo e Administração Pública. 1.1 Conceitos. 1.2 Elementos.
- 2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes.
- 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa.
- 4 Poderes da Administração Pública. 4.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 4.2 Uso e abuso do poder.
- 5 Regime jurídico-administrativo. 5.1 Conceito. 5.2 Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.
- 6 Responsabilidade civil do Estado. 6.1 Evolução histórica. 6.2 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 6.2.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 6.2.2 Responsabilidade por omissão do Estado. 6.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 6.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 6.5 Reparação do dano. 6.6 Direito de regresso.
- 7 Serviços públicos. 7.1 Conceito. 7.2 Elementos constitutivos. 7.3 Formas de prestação e meios de execução. 7.4 Delegação: concessão, permissão e autorização. 7.5 Classificação. 7.6 Princípios.
- 8 Organização administrativa. 8.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 8.2 Administração direta e indireta. 8.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 8.4 Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.
- 9 Controle da Administração Pública. 9.1 Controle exercido pela Administração Pública. 9.2 Controle judicial. 9.3 Controle legislativo. 9.4 Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992. 9.5 Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)

- 10 Licitações e contratos administrativos. 10.1 Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
- 11 Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Amazonas (Lei Estadual nº 1762/1986).

SISTEMA NORMATIVO ANTICORRUPÇÃO

- 1 Decreto-Lei no 2.848/1940 - Crimes contra a Administração Pública.
- 2 Lei nº 12.846/2013.
- 3 Lei nº 12.850/2013.
- 4 Lei nº 9.613/1998.
- 5 Lei nº 13.869/2019.
- 6 Convenção de Mérida (Decreto nº 5.687/2006).
- 7 Convenção de Palermo (Decreto nº 5.015/2004).

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Tributo: conceito e classificação (impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições diversas).
2. Normas gerais de direito tributário. Legislação tributária (Constituição, emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, leis delegadas, decretos legislativos, resoluções do Senado Federal, decretos e normas complementares). Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária.
3. Obrigação tributária. Obrigação tributária principal e acessória. Hipótese de incidência e fato gerador da obrigação tributária. Sujeição ativa e passiva. Solidariedade. Capacidade tributária. Domicílio tributário.
4. Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Regime especial de tributação das microempresas e empresas de pequeno porte (Lei Complementar Federal nº 123/2006, e suas alterações). Limitações ao poder de tributar. Tributos de competência da União (impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições diversas). Tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para custeio do regime previdenciário). Tributos de competência dos municípios e do Distrito Federal (impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para custeio do regime previdenciário e contribuição para custeio do serviço de iluminação pública). Repartição das receitas tributárias.

5. Lei Estadual nº 2.826/2003.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 1 Conceitos, cálculos, vantagens e desvantagens dos indicadores.
- 2 Análise horizontal e vertical.
- 3 Indicadores de estrutura de capital.
- 4 Indicadores de liquidez.
- 5 Informações extraídas das Notas Explicativas.

CONTABILIDADE GERAL

1. Contabilidade. Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil.
2. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
3. Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura.
4. Atos e fatos administrativos.
5. Livros contábeis obrigatórios e documentação contábil.
6. Variação do patrimônio líquido. Receita, despesa, ganhos e perdas.
7. Apuração dos resultados.
8. Regimes de apuração. Caixa e competência.
9. Escrituração contábil. Lançamentos contábeis; contas patrimoniais, resultado.
10. Fatos contábeis. Permutativos, modificativos e mistos.
11. Itens Patrimoniais. Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.
12. Demonstrações contábeis. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.
13. Notas explicativas às demonstrações contábeis. Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações.
14. Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei Federal nº 11.638/07 e suas alterações e Lei Federal nº 11.941/09 e suas alterações.
15. Estoques. Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação.

16. Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

1. Conceitos gerais e terminologia aplicável à contabilidade de custos.
2. Conceitos e classificação dos custos.
3. Apropriação dos custos à produção. Conceito e critérios de atribuição dos custos.
4. Departamentalização: conceito, tratamento contábil, forma de apropriação e impacto no custo do produto.
5. Taxa de aplicação dos custos indiretos de produção.
6. Apuração da produção acabada, dos produtos em elaboração e dos produtos vendidos.
7. Utilização de equivalentes de produção.
8. Tipos de produção. Conceito, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos. Produção por ordem, produção contínua, produção conjunta.
9. Tipos de custeio. Conceitos, diferenciações, apropriação dos custos, impactos nos resultados.
10. Formas de controle dos custos.
11. Custos estimados. Conceito, tratamento contábil, análise das variações.
12. Custos controláveis. Conceito, tratamento contábil e aplicação.
13. Custo padrão. Conceito, tratamento contábil, aplicação e análises das variações.
14. Margem de contribuição. Conceito, cálculos e aplicação.
15. Análise do custo \times volume \times lucro.
16. Variações do ponto de equilíbrio.
17. Grau de alavancagem operacional.
18. Margem de segurança.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

- 1 NBC TSP Estrutura Conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público.
 - 1.1 Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG): objetivos e usuários; prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão; a continuidade das entidades do setor público; situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa; Regime de Competência e Regime de Caixa.

- 1.2 Características qualitativas da informação: características qualitativas fundamentais; características qualitativas de melhoria.
- 1.3 Características da entidade que reporta a informação contábil.
- 1.4 Elementos das Demonstrações Contábeis: propósito e definições de ativos e passivos, receitas e despesas; superávit ou déficit do exercício.
- 1.5 Reconhecimento e mensuração nas demonstrações contábeis: evidenciação, reconhecimento e desreconhecimento; bases de mensuração para ativos e passivo.
- 2 Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis do Setor Público.
 - 2.1 Definições, finalidade, componentes, estrutura e conteúdo das demonstrações: de acordo com a Lei 4320/1964; de acordo com a NBC T SP 11; de acordo com o MCASP.
- 3 Plano de Contas aplicado ao Setor Público.
 - 3.1 Conceito de contas patrimoniais e de resultado.
 - 3.2 Função e estrutura das contas.
 - 3.3 Escrituração: débito, crédito, saldo, sistema de partidas dobradas.
- 4 Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000.
 - 4.1 Conceitos de dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas.
 - 4.2 Relatório resumido da execução orçamentária: estrutura, composição.
 - 4.3 Relatório de gestão fiscal: estrutura, composição.
- 5 Tópicos especiais da contabilidade aplicada ao setor público.
 - 5.1 Procedimentos Contábeis Orçamentários (Regime orçamentário e Regime Contábil ou patrimonial (MCASP)).
 - 5.2 Procedimentos Contábeis Patrimoniais conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição.
 - 5.3 Restos a pagar, empenho, liquidação e pagamento (Lei nº 4.320/1964 e MCASP).
 - 5.4 Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis (NBC TSP 13).
 - 5.5 Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).
 - 5.6 Noções de Informações de Custos no Setor Público: NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público.
 - 5.7 Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN nº 518/2018.
- 7 Trabalho de assegurarão (NBC TA Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração).

ANÁLISE DE DADOS

- 1 Dado, informação, conhecimento e inteligência. Dados estruturados e não estruturados. Dados abertos. Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados.
- 2 Banco de dados relacionais. 2.1 Conceitos básicos e características. Metadados. Tabelas, visões (views) e índices. Chaves e relacionamentos.
- 3 Noções de modelagem dimensional. 3.1 Conceito e aplicações.
- 4 Noções de mineração de dados. 4.1 Conceituação e características. Modelo de referência CRISP-DM. Técnicas para pré-processamento de dados. Técnicas e tarefas de mineração de dados. Classificação. Regras de associação. Análise de agrupamentos (clusterização). Detecção de anomalias. Modelagem preditiva. Aprendizado de máquina. Mineração de texto.
- 5 Noções de Big Data. 5.1 Conceito, premissas e aplicação.
- 6 Visualização e análise exploratória de dados.
- 7 Noções de Microsoft Power BI e Business Intelligence Enterprise Edition – Oracle.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- 1 Funções do Governo. 1.1 Falhas de mercado e produção de bens públicos. 1.2 Políticas econômicas governamentais (alocativa, distributiva e estabilizadora). 1.3 Federalismo Fiscal.
- 2 Orçamento público: conceitos e princípios. 2.1 Evolução conceitual do orçamento público. 2.2 Orçamento-Programa: fundamentos e técnicas.
- 3 Orçamento público no Brasil: Títulos I, IV, V e VI da Lei nº 4.320/1964. 3.1 Orçamento na Constituição de 1988: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA). 3.2 Leis de Créditos Adicionais. 3.3 Emendas parlamentares ao Orçamento.
- 4 Plano Plurianual (PPA): estrutura, base legal, objetivos, conteúdo, tipos de programas.
- 5 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): objetivos, estrutura, base legal e conteúdo, Anexos de Metas Fiscais, Anexos de Riscos Fiscais, critérios para limitação de empenho.
- 6 Classificações orçamentárias. 6.1 Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, pela natureza e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento - MTO. 6.2 Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento - MTO.

- 7 Ciclo orçamentário: elaboração da proposta, discussão, votação e aprovação da lei de orçamento. 7.1 Execução orçamentária e financeira: estágios e execução da despesa pública e da receita pública. 7.2 Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento. 7.3 Conta Única do Tesouro Estadual: conceito e previsão legal, Lei Complementar Estadual nº 175, de 28/3/2017.
- 8 Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000: princípios, conceitos, planejamento, renúncia de receitas, geração de despesas, transferências voluntárias, destinação de recursos para o setor privado, transparência da gestão fiscal, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal.

FINANÇAS PÚBLICAS

1. Objetivos, metas, abrangência e definição de Finanças Públicas.
2. Visão clássica das funções do Estado. Evolução das funções do Governo.
3. Falhas de mercado, bens públicos e externalidades. O papel do Governo.
4. Os objetivos da política fiscal. Políticas alocativas, distributivas e de estabilização.
5. O financiamento dos gastos públicos – tributação e equidade. Tipos de tributos.
6. Conceito de déficit público; financiamento do déficit.
7. Classificação das Receitas e Despesas Públicas segundo o Manual Técnico do Orçamento - MTO.
8. Resultado Fiscal do Governo (Necessidade de Financiamento do Setor Público – NFSP): Resultado Primário e Resultado Nominal.
9. Lei de Responsabilidade Fiscal: princípios, objetivos e efeitos no planejamento e no processo orçamentário, regra de ouro. Anexo de Metas Fiscais. Anexo de Riscos Fiscais. Receita Corrente Líquida. Renúncia de receita. Geração da Despesa e Despesa Obrigatória de Caráter Continuado. Vedações. Instrumentos de transparência.
10. Finanças públicas no Brasil – experiências recentes a partir de 1970.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

- 1 Conceito, evolução. 1.1 Auditoria interna e externa: papéis. 1.2 Auditoria governamental segundo a INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions).
- 2 Normas internacionais para o exercício profissional da auditoria. 2.1 Normas da INTOSAI: princípios fundamentais de auditoria e código de ética do setor público (ISSAIs 100, 130).

3 Normas de auditoria do TCU (Portaria-TCU nº 280/2010 e Portaria-TCU nº 185/2020).

4 Auditorias de conformidade, financeira e operacional. 4.1 Conceitos, características e finalidades. 4.2 Outros instrumentos de fiscalização: levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção. 4.3 Planejamento de auditoria. 4.3.1 Modelo de risco de auditoria. 4.3.2 Termos da auditoria e estratégia global de auditoria. 4.3.3 Técnicas para obtenção do entendimento do objeto e de seu ambiente. 4.3.4 Materialidade. 4.3.5 Escopo do trabalho. 4.3.6 Avaliação dos riscos gerais do trabalho, dos riscos inerentes e de controle. 4.3.7 Respostas do auditor aos riscos gerais do trabalho. 4.3.8 Respostas do auditor aos riscos de distorção relevante ou residuais (natureza, época e extensão). 4.3.9 Matriz de Planejamento. 4.3.10 Métodos de amostragem aplicáveis às auditorias: por atributos e por unidade monetária. 4.4 Técnicas e procedimentos: inspeção documental, inspeção física, reexecução, recálculo, observação direta, entrevista indagação, circularização, conciliação, procedimentos de revisão analítica, cruzamento eletrônico de dados. 4.5 Suficiência e adequação das evidências. 4.6 Matriz de Achados e Matriz de Responsabilização. 4.7 Tipos de opinião de auditoria em trabalhos de asseguarção razoável. 4.8 Documentação da auditoria.



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br